



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 02.015.603/0001-92



PARECER N° 042/2025 – CRJ.

ASSUNTO: Autorização para concessão de Termo de Permissão de Uso de bem público municipal à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Manfrinópolis

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

I. RELATÓRIO

Trata-se de análise do Projeto de Lei Ordinária n° 43/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, que busca autorização legislativa para conceder Termo de Permissão de Uso de um bem público municipal à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Manfrinópolis, inscrita no CNPJ 29.181.676/0001-00.

O objeto da permissão é um barracão industrial municipal, avaliado em R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), com área construída de 360,00 m² em um terreno de 598,65 m², localizado na Chácara n° 33-C, no perímetro urbano de Manfrinópolis-PR, e registrado sob a Matrícula n° 10.763 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barracão/PR.

A permissão de uso proposta é de natureza precária e gratuita, com prazo de 36 (trinta e seis) meses, admitindo-se a possibilidade de renovação. A finalidade exclusiva da permissão é a utilização do espaço para coleta, separação e beneficiamento de materiais recicláveis pela Associação beneficiária. O projeto prevê, ainda, a fiscalização das atividades pela Secretaria Municipal de Urbanismo.

A justificativa apresentada pelo Poder Executivo para a proposição do projeto reside no fortalecimento da gestão de resíduos sólidos no município, na promoção da inclusão social dos catadores, no incremento de renda para os associados e na contribuição para a sustentabilidade ambiental local.



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

—

CNPJ: 02.015.603/0001-90.



II. ANÁLISE JURÍDICA E DE CONSTITUCIONALIDADE

2.1. CONSTITUCIONALIDADE

A presente proposição legislativa encontra-se em consonância com os preceitos constitucionais vigentes, tanto na esfera federal quanto estadual e municipal.

a) **Constituição Federal de 1988:** O projeto respeita a autonomia municipal, conforme o Art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal, que confere aos Municípios a competência para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber. A gestão de resíduos sólidos e a destinação de bens públicos para fins sociais e ambientais são matérias de evidente interesse local. Ademais, a iniciativa coaduna-se com o Art. 225 da CF/88, que assegura o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e com o Art. 170, inciso VI, que estabelece a defesa do meio ambiente como princípio da ordem econômica. A política de desenvolvimento urbano, prevista no Art. 182, também é contemplada ao se buscar a ordenação das funções sociais da cidade, incluindo a gestão de resíduos.

b) **Constituição do Estado do Paraná:** A Constituição Estadual do Paraná, em seus dispositivos que tratam das competências municipais e da proteção ao meio ambiente, reforça a capacidade do Município de Manfrinópolis para atuar na matéria. Os princípios da administração pública, aplicáveis aos municípios, como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, são observados na proposição que visa o interesse público.

c) **Lei Orgânica do Município de Manfrinópolis:** A Lei Orgânica Municipal, que é a lei maior do Município, estabelece as competências do ente municipal em matéria ambiental e na gestão de seus bens públicos. A autorização legislativa para a permissão de uso de bens públicos, quando exigida pela Lei Orgânica, garante a legitimidade do ato. A finalidade social e ambiental do projeto está em plena harmonia com os objetivos e princípios que regem a administração municipal.

A competência municipal para gerir seus bens e promover a proteção ambiental e a inclusão social está expressamente prevista no ordenamento jurídico. A permissão de uso de um bem público para uma finalidade que



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 02.015.603/0001-92



atende diretamente ao interesse público local, como a gestão de resíduos e o apoio a catadores, não viola quaisquer princípios ou normas constitucionais.

Pelo contrário, concretiza o dever do Estado de promover o bem-estar social e a sustentabilidade.

2.2. LEGALIDADE

O Projeto de Lei Ordinária nº 43/2025 demonstra conformidade com a legislação infraconstitucional pertinente.

a) **Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS):** Esta lei é um marco para a gestão de resíduos no Brasil e incentiva expressamente a inclusão de catadores. O Art. 7º, inciso XII, da PNRS, prevê a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Mais ainda, o Art. 18, §1º, inciso II, estabelece que a União priorizará o acesso a recursos ou linhas de financiamento para municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores. O projeto em análise alinha-se perfeitamente a esses objetivos, ao fornecer infraestrutura para a Associação de Catadores de Manfrinópolis.

b) **Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos):** Embora o projeto trate de permissão de uso e não de contratação direta, é relevante mencionar o Art. 75, inciso IV, alínea “j”, da Lei nº 14.133/2021, que dispensa a licitação para a contratação de associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis para a coleta, processamento e comercialização de resíduos recicláveis ou reutilizáveis. Este dispositivo demonstra o reconhecimento legal da especificidade e importância do trabalho dos catadores e a possibilidade de tratamento diferenciado para essas entidades, reforçando a legalidade da parceria proposta.

c) **Natureza jurídica da permissão de uso:** A permissão de uso de bem público é um ato administrativo unilateral, discricionário e precário, pelo qual a Administração Pública faculta ao particular a utilização individual de um bem público para uma finalidade específica e de interesse público. Conforme ensina Hely Lopes Meirelles, a permissão é um ato discricionário e revogável a qualquer tempo pela Administração, sem indenização, quando o interesse público assim o exigir. Maria Sylvia Zanella Di Pietro complementa que a precariedade é uma característica essencial, distinguindo-



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 02.015.603/0001-92



a de outros institutos. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) tem reconhecido a validade da permissão de uso gratuita quando há relevante interesse público envolvido, especialmente em casos que envolvem associações sem fins lucrativos que prestam serviços de caráter social ou ambiental. A gratuidade, neste caso, justifica-se pelo benefício social e ambiental que a atividade da Associação trará ao Município.

d) **Competência legislativa:** A Lei Orgânica do Município de Manfrinópolis, ao exigir autorização legislativa para a permissão de uso de bens públicos, garante que o procedimento adotado pelo Executivo, ao submeter o projeto à Câmara Municipal, está em conformidade com as normas locais.

c) **Aspectos patrimoniais:** É fundamental destacar que o bem público objeto da permissão permanece no patrimônio do Município de Manfrinópolis. A permissão de uso não transfere a propriedade, mas apenas o direito de uso precário. A gratuidade, como já mencionado, é justificada pelo interesse público na gestão de resíduos e na inclusão social. A previsão de fiscalização pela Secretaria Municipal de Urbanismo assegura o controle da Administração sobre a utilização do bem e o cumprimento da finalidade estabelecida.

2.3. TÉCNICA LEGISLATIVA

A análise da técnica legislativa do Projeto de Lei Ordinária nº 43/2025, à luz da Lei Complementar nº 95/98, revela que a proposição atende aos requisitos formais essenciais.

a) **Estrutura formal:** O projeto apresenta uma ementa clara, que descreve de forma concisa o objeto da lei. A articulação do texto em artigos, parágrafos e incisos está adequada, facilitando a compreensão e aplicação da norma. A linguagem utilizada é precisa e objetiva, evitando ambiguidades.

b) **Pontos positivos identificados:** Foram identificados diversos pontos positivos na redação do projeto, tais como:

- Objeto da permissão bem definido, com identificação clara do bem e da beneficiária.
- Prazo determinado para a permissão, com possibilidade de renovação, conferindo segurança jurídica.



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 02.015.603/0001-92



- Condições claras de uso, especificando a finalidade exclusiva para coleta, separação e beneficiamento de recicláveis.
- Previsão de fiscalização pela Secretaria Municipal de Urbanismo, garantindo o controle da Administração.
- Cláusulas que protegem o patrimônio público, ao manter a propriedade do bem com o Município e estabelecer a precariedade da permissão.

c) **Sugestões de aprimoramento:** Não foram identificadas falhas graves na técnica legislativa que comprometam a aprovação do projeto. Eventuais ajustes redacionais de menor impacto podem ser considerados, se necessário, para aprimorar ainda mais a clareza do texto, mas não são impeditivos para a tramitação.

III. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO MUNICIPAL

Manfrinópolis, sendo um município de pequeno porte com economia predominantemente rural e baseada na agricultura familiar, enfrenta desafios específicos na gestão de resíduos sólidos. A população, de perfil simples e apaixonada pelo município, valoriza iniciativas que promovam a sustentabilidade e o bem-estar local.

Nesse contexto, a parceria com a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Manfrinópolis, por meio da permissão de uso do barracão industrial, representa uma solução viável e econômica para a gestão de resíduos. Além de otimizar os recursos públicos, a iniciativa promove a inclusão social de uma parcela da população que contribui significativamente para a limpeza urbana e a preservação ambiental. O projeto, portanto, atende diretamente aos anseios da população local por um ambiente mais limpo e por oportunidades de desenvolvimento social e econômico, alinhando-se com a realidade e as necessidades de Manfrinópolis.

IV. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Redação e Justiça, após análise minuciosa do Projeto de Lei Ordinária nº 43/2025, conclui que a proposição está em plena conformidade com o ordenamento jurídico vigente e atende aos interesses da população de Manfrinópolis.

1. O projeto é **CONSTITUCIONAL**, pois respeita as competências municipais previstas na Constituição Federal de 1988 e na Constituição



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 02.015.603/0001-92



do Estado do Paraná, alinha-se aos princípios da proteção ambiental e da função social da propriedade pública, e está em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Manfrinópolis.

2. O projeto é **LEGAL**, pois está em perfeita consonância com a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), observa as disposições da Lei nº 14.133/2021 sobre a dispensa de licitação para associações de catadores, e a permissão de uso é um instituto jurídico adequado e amplamente reconhecido, cuja gratuidade se justifica pelo relevante interesse público na gestão ambiental e inclusão social.
3. A **TÉCNICA LEGISLATIVA** empregada é adequada, observando os padrões da Lei Complementar nº 95/98, com clareza e precisão na redação.
4. O projeto atende ao **INTERESSE PÚBLICO LOCAL**, promovendo a gestão sustentável de resíduos sólidos, a inclusão social dos catadores, a proteção ambiental e o desenvolvimento social e econômico do Município de Manfrinópolis.

Pelo exposto, esta Comissão de Redação e Justiça opina **FAVORAVELMENTE** à aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 43/2025, por estar em conformidade com o ordenamento jurídico vigente e atender ao interesse público do Município de Manfrinópolis.


Manfrinópolis, em 08 de dezembro de 2025


ELIZÂNGELA FONSECA DE OLIVEIRA

PRESIDENTE


JOSÉ JOÃO MACHADO FILHO

RELATOR


FERNANDA DA ROSA

SECRETÁRIA